

***Campus* Porto Velho Zona Norte**
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

CLARA FERREIRA DA CUNHA
SOPHIA LOREN VIANA ALMEIDA

**DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE AS CANDIDATAS NO SEGUNDO TURNO DAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITAIS BRASILEIRAS**

PORTO VELHO

2026

CLARA FERREIRA DA CUNHA
SOPHIA LOREN VIANA ALMEIDA

**DISCURSOS MUDIÁTICOS SOBRE AS CANDIDATAS NO SEGUNDO TURNO DAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo junto ao Curso de Gestão Pública, sob a orientação da professora Dra. Lady Day Pereira de Souza.

PORTO VELHO

2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Cunha, Clara Ferreira da.

Discursos midiáticos sobre as candidatas no segundo turno das eleições municipais de 2024 nas capitais brasileiras / Clara Ferreira da Cunha, Sophia Loren Viana Almeida. - Porto Velho, 2026.

32 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Lady Day Pereira de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Estereótipos de gênero. 2. Mídia. 3. Eleições. 4. Mulheres. 5. Política. I. Almeida, Sophia Loren Viana. II. Souza, Lady Day Pereira de (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

CLARA FERREIRA DA CUNHA
SOPHIA LOREN VIANA ALMEIDA

**DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE AS CANDIDATAS NO SEGUNDO TURNO DAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo junto ao Curso de Gestão Pública, sob a orientação da professora Dra. Lady Day Pereira de Souza.

Aprovado em 19/12/2025 pela banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br **CLEONETE MARTINS DE AGUIAR**
Data: 05/01/2026 17:31:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cleonete Martins de Aguiar
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br **JONIMAR DA SILVA SOUZA**
Data: 26/12/2025 16:56:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jonimar da Silva Souza
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br **LADY DAY PEREIRA DE SOUZA**
Data: 26/12/2025 17:05:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lady Day Pereira de Souza
Presidente da Banca Examinadora

Porto Velho/RO
2026

DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE AS CANDIDATAS NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

RESUMO: O presente trabalho analisa os discursos midiáticos das candidatas no segundo turno das eleições municipais de 2024 em algumas regiões, especificamente nas capitais brasileiras. A pesquisa parte da constatação de que a imprensa, em vez de atuar como agente de igualdade, muitas vezes reproduz discursos que reforçam desigualdades e limitam a visibilidade das mulheres na política. A metodologia adotada consistiu em análise de conteúdo de veículos locais e nacionais, selecionados a partir de sua relevância e diversidade ideológica. Os resultados evidenciaram que, embora haja avanços na representação feminina, persistem enquadramentos que reforçam papéis tradicionais, estigmatizam candidatas de acordo com sua trajetória política e personalizam a disputa em detrimento do debate programático. Conclui-se que o enfrentamento dos estereótipos midiáticos é condição necessária para fortalecer a democracia, ampliar a participação política das mulheres e construir práticas jornalísticas mais equitativas.

PALAVRAS-CHAVE: estereótipos de gênero; mídia; eleições; mulheres; política.

ABSTRACT: This study analyzes media discourses surrounding female candidates in the second round of the 2024 municipal elections in selected Brazilian regions, with a specific focus on state capitals. The research is grounded in the observation that the press, rather than acting as an agent of equality, often reproduces narratives that reinforce inequalities and limit women's visibility in politics. The methodology involved discourse analysis of local and national media outlets, selected based on their relevance and ideological diversity. The findings indicate that, despite advances in female political representation, persistent media framings continue to reinforce traditional gender roles, stigmatize candidates according to their political trajectories, and personalize electoral disputes at the expense of programmatic debate. The study concludes that confronting media stereotypes is a necessary condition for strengthening democracy, expanding women's political participation, and promoting more equitable journalistic practices.

KEYWORDS: gender stereotypes; media; elections; women; politics.

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal Superior Eleitoral (2024) registrou 456.310 candidaturas nas eleições municipais, das quais 155 mil eram de mulheres e 301.310 candidaturas de homens. De acordo com o estudo da Confederação Nacional de Municípios (2024), 2.311 dessas candidaturas femininas concorreram ao cargo de prefeita, representando apenas 15% do total uma redução de 11% em relação a 2020, enquanto o número geral de candidaturas diminuiu 20%. Mesmo diante desse cenário, as eleições de 2024 foram marcadas pela presença de mulheres disputando o segundo turno em diversas capitais brasileiras, aqui identificadas pelas iniciais: MC (Porto Velho), MR (Porto Alegre), NB (Natal), CG (Curitiba) e JV (Palmas). No país inteiro, somente 15 mulheres chegaram ao segundo turno e apenas duas foram eleitas prefeitas de capitais.

Este artigo tem como objetivo geral analisar como a mídia construiu discursos e estereótipos sobre mulheres que disputaram o 2º turno em diversas regiões brasileiras no ano de 2024. Para isso, examinou-se os conteúdos discursivos veiculados por jornais e revistas locais e nacionais, buscando identificar se a cobertura reforçou estereótipos de gênero como a associação das candidatas à fragilidade emocional, à aparência física ou à suposta falta de preparo e como elementos ideológicos influenciaram os enquadramentos adotados pela imprensa, afetando tanto candidatas de esquerda quanto de direita.

Dessa forma, a questão de pesquisa foi entender de que forma os discursos midiáticos reforçam, tensionam ou rompem estereótipos de gênero nas candidaturas femininas. Assim, a importância deste estudo está no entendimento do papel da mídia como mediadora central da comunicação política, capaz de reproduzir desigualdades e contribuir para a violência política de gênero. Pereira (2022) afirma que mesmo com avanços na participação feminina, as mulheres ainda enfrentam sub-representação e preconceitos estruturais na política.

É de suma importância analisar se a cobertura jornalística tratou essas candidaturas de forma equitativa ou se manteve padrões discriminatórios que podem influenciar a percepção do eleitorado. Assim, o artigo apresenta uma revisão teórica sobre gênero, mídia e estereótipos políticos; descreve o procedimento metodológico

baseado na análise de conteúdo e discorre sobre os resultados referentes a cada candidata. A participação das mulheres na política brasileira ainda se configura como um desafio estrutural, marcado por desigualdades históricas, sociais e culturais que limitam o acesso feminino aos espaços de poder. Embora avanços legais tenham sido conquistados, a sub-representação das mulheres em cargos eletivos evidencia a persistência de barreiras simbólicas e institucionais que impactam sua atuação no cenário político. Nesse contexto, a análise de conteúdo discursivos de candidatas torna-se relevante para compreender como essas mulheres constroem suas narrativas, buscam a legitimação e enfrentam processos de questionamento e estigmatização, contribuindo desta maneira para a reflexão sobre representatividade feminina e para o fortalecimento de uma democracia mais plural e inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GÊNERO, MÍDIA E POLÍTICA NOS DISCURSOS MIDIÁTICOS

A relação entre mulheres e mídia na política é atravessada por estereótipos de gênero profundamente enraizados. Estudos em comunicação política evidenciam que candidatas costumam enfrentar um viés de gênero na cobertura jornalística, manifestado tanto na invisibilidade (menor espaço dado a mulheres) quanto na visibilidade enviesada (com enfoques discriminatórios). Nesse sentido, a escritora Beard (p.17, 2018) afirma que “as mulheres podem, em circunstâncias extremas, defender publicamente os próprios interesses setoriais, mas não podem falar pelos homens nem pela comunidade como um todo”.

Para Tosi (2016) o poder de influenciar as decisões públicas, que deveria ser amplo, irrestrito e proporcional à diversidade da população, ainda sofre limitações impostas por fatores de gênero, raça e classe. Essa desigualdade compromete a representatividade das instituições políticas e reduz a sensibilidade das esferas de decisão diante das demandas sociais.

Conforme Maia (2023) historicamente a imprensa frequentemente reproduz lógicas discursivas que reduzem as mulheres à aparência física, sexualizam seus corpos, as colocam em posição subordinada em relação a homens, questionam sua capacidade técnica e criticam desproporcionalmente seus posicionamentos, críticas

que não seriam feitas a candidatos homens em igual. Por exemplo, é comum que repórteres destaquem as roupas, a idade ou a vida familiar de candidatas, desviando o foco de propostas e competências. Essa ênfase indevida na aparência ou vida privada das mulheres públicas configura uma forma de estereótipo que as desqualifica simbolicamente.

No contexto político-eleitoral brasileiro, esses mecanismos de desqualificação midiática têm sido amplamente discutidos por estudos recentes que analisam a presença feminina nas disputas de poder. Souza et al. (2023) demonstram que candidatas mulheres são frequentemente alvo de enquadramentos discursivos que combinam questionamentos sobre competência, ataques à vida privada e estigmatizações simbólicas, operando como formas sutis e explícitas de violência política de gênero. Segundo as autoras, tais práticas contribuem para fragilizar a legitimidade das mulheres na política e reforçar a percepção de que o espaço do poder permanece predominantemente masculino.

Corroborando Beard (p. 32, 2018) afirma o seguinte:

Algumas dessas mesmas questões de voz e gênero estão em jogo na problemática das provocações e hostilidades – de ofensas e ameaças de morte – expressas on-line. Precisamos tomar cuidado para não generalizar demais os aspectos mais sórdidos da internet. Eles aparecem sob vários aspectos (não são exatamente as mesmas questões no Twitter, por exemplo, e na seção de comentários de um jornal), e ameaças de morte criminosas são completamente diferentes de meras e “desagradáveis” ofensas sexistas.

Tais práticas midiáticas podem ser entendidas no âmbito da violência política de gênero, conceito que abrange atos de discriminação, coerção ou menosprezo dirigidos a mulheres que participam da política. Conforme Archenti e Albaine (2018), a violência política de gênero se concretiza de diversas formas ao longo de toda a trajetória das mulheres na vida pública, incluindo agressões verbais, ameaças e representações midiáticas distorcidas.

Conforme o Relatório de Olho na Urnas do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) referente às eleições de 2024 (p. 12, 2025):

A desigualdade política de gênero e raça é o espaço da violência na política. Por causa dessa violência, inúmeras mulheres fazem política nos seus cotidianos, nos seus grupos, nas suas comunidades, mas não exercem

cargos públicos, políticos ou de autoridade. Muitas nem vislumbram a possibilidade de uma candidatura; outras se candidatam, mas não chegam a ter votação suficiente para o exercício desses cargos. Os pleitos eleitorais são momentos em que essa violência se operacionaliza e se manifesta de forma mais contundente. Esse processo enseja a sub-representação e a exclusão política da mulher, exatamente o contrário do destino para o qual se quer caminhar.

No Brasil, essa violência ganhou reconhecimento legal com a Lei nº 14.192/2021, que estabelece normas para coibir práticas misóginas nas eleições e na atuação político-partidária (BRASIL, 2021). Na esfera da mídia, isso implica um desafio: como noticiar mulheres na política sem reforçar estereótipos sexistas?

A violência política se manifesta como agressões e constrangimentos físicos, sexuais, psicológicos, simbólicos e econômicos que intimidam as mulheres na política, oneram suas carreiras e, em alguns casos, colocam em risco sua integridade física e suas vidas. Sua dimensão simbólica está relacionada à reafirmação dos papéis sexuais convencionais em ambientes políticos e sociais em transformação (Biroli, 2016, p. 585).

Essas dinâmicas de violência simbólica e desigualdade de gênero produzem efeitos que extrapolam o campo institucional, alcançando dimensões subjetivas e identitárias da experiência feminina no exercício do poder. Souza (2024) evidencia que mulheres em posições de poder vivenciam relações marcadas por ambivalência emocional, resultante da tensão constante entre reconhecimento e deslegitimação, apoio e resistência, pertencimento e exclusão. A autora demonstra que a exposição da vida pessoal, as microagressões de gênero e a fragilidade das redes de apoio político constituem elementos que afetam a construção identitária das mulheres em espaços de decisão.

Diversos autores analisaram o viés de gênero na cobertura política brasileira. Miguel e Biroli (2010) apontam que a imprensa frequentemente aborda candidatas sob prismas que reforçam a divisão sexual do trabalho e papéis tradicionais de gênero. Mulheres políticas são, não raro, retratadas como intrusas num ambiente masculino, recebendo menos atenção ou sendo alvo de questionamentos sobre sua competência e autoridade, por exemplo, qualificativos como inexperiente, frágil ou emocional.

A autora Eagly (2002) explica que mulheres em cargo de liderança eficaz frequentemente contrariam expectativas normativas de gênero ao demonstrar atributos considerados masculino-estereotipados e agênticos, e ao não manifestar características feminino-estereotipadas e comunitárias, elas tendem a ser avaliadas negativamente por transgredirem tais papéis. Essa avaliação desfavorável é particularmente acentuada entre indivíduos que aderem a visões tradicionais de gênero.

Biroli (2016) as expectativas sociais de caráter essencialista, que vinculam as mulheres ao espaço privado e à esfera da emotividade influenciam diretamente a forma como suas aspirações políticas são interpretadas. Nesse contexto, as candidaturas femininas acabam sendo frequentemente desencorajadas e deslegitimadas, tanto no âmbito das estruturas partidárias quanto nos discursos construídos pela mídia.

Além disso, os estudos de Ross, Jansen e Bürger (2020) sobre mídia e gênero ressaltam a necessidade de oferecer visibilidade proporcional e de qualidade às mulheres na política. Isso significa não apenas garantir que candidatas tenham espaço equivalente ao dos homens nas notícias, mas também que esse espaço não seja enquadrado de modo estereotipado ou tendencioso. Caso contrário, a comunicação política torna-se disfuncional, perpetuando a desigualdade e prejudicando a qualidade. A imprensa, ao privilegiar ou marginalizar determinadas vozes, exerce papel de filtro e, se carregada de vieses, pode influenciar resultados eleitorais ao moldar percepções do eleitorado sobre quem é apta ou digna de ocupar cargos públicos.

No entendimento de Maurissens (2023) no contexto histórico da política brasileira, a participação feminina apresenta um percurso caracterizado por avanços e retrocessos, em contraste com o crescimento contínuo da inserção das mulheres no mercado de trabalho em geral. Embora os movimentos feministas tenham desempenhado papel central na busca pela institucionalização e efetivação de uma agenda de políticas públicas voltadas às demandas de gênero, persistem obstáculos significativos para a consolidação de uma representação expressiva de mulheres nos órgãos legislativos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

A dimensão ideológica constitui elemento central na construção midiática das candidaturas femininas. Para Biroli (2018) a avaliação do posicionamento político das mulheres interage com o viés ideológico dos veículos de comunicação, produzindo estereótipos diferenciados conforme o campo político em disputa. Veículos conservadores, por exemplo, tendem a retratar mulheres progressistas como radicais ou excessivamente ideológicas, enquanto mídias de orientação progressista podem questionar a autonomia ou a coerência de mulheres conservadoras, frequentemente associando-as à tutela masculina.

Segundo Fernandes & Lourenço (2023) os desafios enfrentados pelas mulheres em contextos organizacionais são múltiplos e, em muitos casos, ultrapassam as fronteiras institucionais, alcançando a esfera social. Em vez de promover a inclusão e incentivar a participação feminina em espaços onde ainda se encontram sub-representadas, observa-se a reprodução de dinâmicas que acentuam sua marginalização, tanto no âmbito organizacional quanto no tecido social mais amplo. Nesse processo, as mulheres não apenas têm suas identidades previamente constituídas questionadas, mas também veem seus posicionamentos e contribuições constantemente submetidos a tentativas de invalidação.

Em síntese, a literatura indica que a cobertura midiática das mulheres na política tende a refletir e reforçar barreiras de gênero, a menos que sejam adotadas abordagens conscientes para evitar tais vieses. Na seção de Procedimentos Metodológicos, detalhamos como este estudo aplicou esses conceitos teóricos na análise de conteúdo de matérias jornalísticas sobre as candidatas mencionadas, buscando identificar discursos estereotipados e comparando diferentes contextos ideológicos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como uma investigação qualitativa básica, voltada para a interpretação de sentidos, padrões e discursos presentes nas matérias jornalísticas analisadas. Para isso, analisou-se o conteúdo jornalístico referente às candidatas que chegaram ao segundo turno nas eleições em capitais brasileiras. Essa escolha se justifica porque tais candidatas conseguiram mobilizar um expressivo número de votos, o que indica que construíram uma imagem socialmente validada

pelo eleitorado. A seleção de capitais se deve ao fato de se tratar de centros urbanos relevantes, nos quais há maior visibilidade política e melhor disponibilidade de registros e documentos para análise.

Outra decisão metodológica foi utilizar apenas as iniciais dos nomes das candidatas como forma de preservar a objetividade analítica e reduzir a repetição de nomes ao longo dos quadros e categorias apresentadas. Embora sejam figuras públicas amplamente conhecidas, a opção pelas iniciais busca manter a padronização estilística do texto e evitar sobrecarga visual, direcionando a atenção do leitor para as funções discursivas e as categorizações midiáticas em análise. O foco do estudo está nas construções de discursos observados e não na exposição nominal completa das candidatas em cada seção do material empírico.

Inicialmente, foram mapeados os principais veículos de mídia digital de natureza escrita que realizaram a cobertura das eleições municipais de 2024 nas regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil, correspondentes aos contextos analisados neste estudo. Optou-se por incluir tanto fontes nacionais como os portais CNN Brasil, OUL/Folha de São Paulo, Veja, Brasil de Fato, quanto veículos locais e regionais, e sites jornalísticos independentes de cada estado, com o objetivo de captar possíveis diferenças de enquadramento e construção narrativa nos discursos midiáticos analisados.

Quadro 1 – Relação das Mídias Analisadas

Candidata	Nome da Mídia	Referência da mídia	Link principal
Candidata MC	Revista Veja	Maia (2024)	https://sl1nk.com/tZelF .
	CNN Brasil	Alves (2024)	https://tinyurl.com/porto-velho-mc
	Rondônia Dinâmica	Costa (2024)	https://tinyurl.com/porto-velho-rod2025 .
Candidata MR	Correio do Povo	Simões (2024)	https://tinyurl.com/porto-alegre-maria24 .
	Brasil de Fato	Barros; Reinholz (2024)	https://tinyurl.com/porto-alegre-2024debate .
	UOL/Folha	Baszczyń (2024)	https://tinyurl.com/porto-alegre-uol2024 .
Candidata NB	Intercept Brasil	Felizardo (2024)	https://tinyurl.com/intercept-2024nov08 .
	CNN Brasil	Maia (2024)	https://tinyurl.com/cnn-natal2024 .
	Portal Saiba Mais	Duarte (2024)	https://tinyurl.com/saibamais2024-fm .
Candidata CG	RIC	Bertaze (2024)	https://tinyurl.com/ric-debate2024 .
	Gazeta do Povo	Fantin (2024)	https://tinyurl.com/curitiba-graeml2024 .

	Brasil de Fato	Carriconde (2024)	https://tinyurl.com/brasildefatograeml2024 .
Candidata JV	CNN Brasil	Alves (2024)	https://tinyurl.com/cnn-palmas-janad2024 .
	Jornal Opção	Jardim (2024)	https://tinyurl.com/palmas-derrotaJanad .
	Jornal Correio	Correio 24 horas (2024)	https://tinyurl.com/palmas-eleicoes-2024 .

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A seleção do corpus privilegiou materiais de domínio público, veiculados durante o período oficial de campanha do segundo turno, outubro de 2024, incluindo notícias, entrevistas, análises e checagens de fatos. Para cada candidata, buscou-se coletar: (i) Perfis biográficos publicados na imprensa que frequentemente revelam ênfases discursivas, como destacar família, profissão ou histórias curiosas; (ii) Cobertura de debates e sabatinas em que o tratamento dado pelos mediadores e a repercussão das falas das candidatas podem evidenciar vieses; (iii) Reportagens sobre polêmicas ou ataques sofridos pelas candidatas, por exemplo, notícias de fake news, ofensas de adversários, ameaças e investigações; (iv) Análises pós-eleitorais que avaliam o desempenho das candidatas ou explicam sua vitória/derrota.

Para examinar os estereótipos midiáticos dirigidos às candidatas mencionadas, este estudo adotou uma abordagem qualitativa de análise de conteúdo aplicada a materiais jornalísticos selecionados. Nessa perspectiva, conforme proposta por Bardin (2011), a análise de conteúdo constitui um método que possibilita a interpretação sistemática e objetiva das mensagens, permitindo a identificação de categorias temáticas e dos sentidos presentes nos discursos analisados. Essa abordagem mostra-se adequada aos objetivos do estudo, uma vez que o conjunto de documentos é composto exclusivamente por discursos escritos, o que favorece a organização, a categorização e a compreensão das estratégias comunicativas utilizadas pelas candidatas no contexto político, evidenciando como a linguagem participa da manutenção ou da contestação de relações de poder e do papel da mídia na reprodução de ideologias e estereótipos de gênero (VAN DER PAS; AALDERING, 2020).

O processo metodológico envolveu três etapas: (i) seleção de matérias jornalísticas que abordassem candidatas às prefeituras das capitais brasileiras no segundo turno das eleições de 2024; (ii) análise dos textos em busca de elementos ideológicos, posicionamentos e adjetivações; (iii) comparação das narrativas com o

discurso social mais amplo, identificando padrões de legitimação, questionamento, estigmatização e neutralidade.

A técnica de análise de conteúdo envolveu a leitura crítica, compreensiva e social dessas matérias em busca de padrões linguísticos e temáticos associados a estereótipos de gênero. Foram identificadas palavras-chave, adjetivações e enquadramentos recorrentes por exemplo, se a candidata foi qualificada como preparada ou emocional, se enfatizou sua história familiar ou aparência, ou ainda se houve insinuações sobre sua capacidade de liderança. Essa análise levou à identificação de quatro categorias discursivas que contribuíram para explicar e categorizar os achados da pesquisa. Elas foram identificadas na análise da cobertura midiática e podem ser compreendidas como diferentes formas de construção da imagem pública das candidatas, conforme identificado no quadro 2.

Quadro 2 – Categorias discursivas aplicadas à análise de conteúdo das mídias analisadas

Categoria discursiva	Características
Legitimadora	Identificada quando a mídia reforça a credibilidade da candidata, destacando sua
Questionamento	Se manifesta quando são enfatizadas dúvidas sobre sua capacidade de liderança, sua eficácia eleitoral ou sua experiência administrativa, criando um campo de incerteza em torno de sua legitimidade.
Estigmatização	Uso de estereótipos de gênero, preconceitos ou ataques que buscam reduzir e desqualificar a candidata, seja por meio de discursos misóginos, notícias falsas, violência política ou pela fixação de rótulos ideológicos depreciativos.
Neutra	Corresponde a enquadramentos mais factuais, que apresentam dados sobre identidade partidária, trajetória ou ideologia sem um juízo explícito de valor, mas que ainda assim podem influenciar a percepção pública ao cristalizar determinadas associações

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Para embasar nossa análise, utilizamos a comparação entre veículos de comunicação com diferentes orientações ideológicas, a fim de identificar variações nos enquadramentos e possíveis influências político-discursivas na representação das candidatas. Essa triangulação permitiu observar se a reprodução de estereótipos de gênero ocorria de forma recorrente ou seletiva. De modo complementar, utilizaram-se a quantificação simples para mensurar desequilíbrios na cobertura, visando a qualidade da análise qualitativa.

Cabe ressaltar que a pesquisa se fundamenta em material de domínio público, reportagens e artigos disponíveis online, devidamente citados ao longo do texto. Os trechos extraídos das fontes servem para ilustrar pontos da análise, preservando-se

a referência original no formato ABNT ao final. A próxima seção apresenta os resultados das análises comparativas, estruturando a discussão em torno de cada candidatura e destacando os estereótipos e discursos identificados em cada caso

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: DISCURSOS MIDIÁTICOS E ESTEREÓTIPOS NAS CANDIDATURAS FEMININAS

Nesta seção apresentam-se as principais informações midiáticas, analisando os conteúdos sobre as candidaturas femininas no segundo turno das eleições de 2024 em algumas capitais brasileiras. As análises das matérias digitais veiculadas sobre as candidatas MC, MR, NB, CG e JV são organizadas a seguir, com o objetivo de evidenciar e problematizar discursos frequentemente construídos a partir de estereótipos de gênero.

4.1 Candidata MC

Porto Velho vivenciou, em 2024, uma disputa eleitoral histórica, na qual a ex-deputada federal MC, filiada ao Partido Republicanos, tornou-se a primeira mulher a liderar a votação para a Prefeitura no primeiro turno. A cobertura midiática inicial enfatizou sobretudo sua trajetória política e suas alianças. Médica de formação e oriunda de uma família influente no cenário local, MC havia exercido os cargos de vereadora e deputada federal. Veículos nacionais, como a CNN Brasil (ALVES, 2024), apresentaram perfis de caráter informativo e predominantemente neutro, destacando suas credenciais e a ampla coligação formada por 12 partidos. Nesse momento inicial, não se identificou um discurso explicitamente sexista; ao contrário, o fato de uma mulher liderar a disputa na capital de Rondônia foi frequentemente tratado como indicativo de possíveis mudanças no cenário político regional.

Entretanto, com o acirramento do segundo turno contra um candidato do partido Podemos, alguns discursos de caráter problemático, emergiram sobretudo em veículos locais e nas redes sociais. A própria MC relatou ter sido alvo de um volume significativo de *fake news* e de informações inverídicas ao longo da campanha, indicando a intensificação de ataques de cunho pessoal. Embora não detalhe a natureza dessas informações falsas, seu relato sugere a presença de elementos associados à violência política de gênero, caracterizada por práticas que buscam deslegitimar candidatas mulheres por meio de ataques à honra, questionamentos

infundados sobre a vida privada ou distorções de suas propostas, estratégias recorrentes no contexto político para fragilizar a atuação feminina.

A revista *Veja* (MAIA, 2024) caracterizou MC como candidata bolsonarista, enquadramento ideológico que estruturou parte do discurso midiático. Por um lado, essa classificação contribuiu para sua identificação junto ao eleitorado conservador; por outro, em veículos de orientação mais liberal ou progressista, assumiu conotações potencialmente negativas, ao vinculá-la às controvérsias associadas ao bolsonarismo. Destacou-se, ainda, a reação da mídia à derrota de MC no segundo turno, após ter liderado a votação no primeiro. O resultado frustrou expectativas e foi frequentemente apresentado como um caso atípico, uma vez que a candidata obteve aproximadamente seis mil votos a menos na etapa final da disputa.

A cobertura enfatizou o caráter desfavorável dessa reversão, considerando a estrutura de apoio de que MC dispunha, incluindo o respaldo do então prefeito, do governador do estado e de lideranças nacionais do campo conservador. De forma implícita, esse enquadramento pode sugerir que, apesar do apoio político recebido, a candidata não teria conseguido se afirmar eleitoralmente, o que dialoga com estereótipos recorrentes sobre liderança feminina, associados à suposta falta de eficácia ou de força política pessoal (BEARD, 2018).

Embora a revista não afirme isso de forma explícita, a surpresa com a derrota de MC abre margem para interpretações estereotipadas, como a suposição de que mulheres teriam menor capacidade de converter apoio em vitória eleitoral ou de manter coesão em sua base política.

Eagly (2002) problematiza esse julgamento desigual ao questionar se mulheres e homens são avaliados pelos mesmos critérios quando ocupam posições de liderança. De acordo com a Teoria da Congruência de Papéis, a resposta é negativa. Em contextos nos quais a liderança é associada a atributos tradicionalmente masculinos, as mulheres enfrentam um duplo constrangimento: são frequentemente percebidas como menos competentes para liderar e, quando adotam comportamentos assertivos esperados de líderes, tendem a ser avaliadas de forma mais crítica do que seus pares masculinos.

No âmbito local, não foram identificadas, na imprensa escrita, manchetes abertamente sexistas direcionadas a MC. Contudo, sua relação familiar — filha de um empresário e político influente e irmã de um deputado federal — foi ocasionalmente mencionada em redes sociais e blogs, conforme registrado por Rondônia Dinâmica

(COSTA, 2024). Essas referências apareceram, em alguns casos, para insinuar nepotismo ou privilégio, retratando-a como uma “herdeira” na política, e, em outros, para questionar sua autonomia, sugerindo dependência do capital político familiar. Tais enquadramentos mobilizam vieses de gênero ao desconsiderarem os méritos individuais da candidata, reduzindo sua trajetória à associação com figuras masculinas de poder (BEARD, 2018).

Em depoimento ao G1 (2024), MC procurou afirmar sua imagem como gestora competente e independente. Em entrevistas concedidas após o pleito, demonstrou serenidade diante da derrota, declarando-se em paz e satisfeita por ter conduzido uma campanha que considerou honesta e propositiva. Essa postura contrasta com estereótipos que associam mulheres à fragilidade emocional em contextos adversos (EAGLY, 2002). Ainda assim, essa dimensão de sua atuação recebeu pouca atenção na cobertura midiática, que privilegiou os apoios políticos recebidos e os ataques sofridos ao longo da campanha.

Nesse sentido, Beard (2018) argumenta que mulheres que ocupam ou disputam espaços tradicionalmente masculinos tendem a ser alvo de desqualificação independentemente de sua conduta ou posicionamento, uma vez que o simples ato de se expressarem nesses espaços já provoca reações hostis. A partir da análise das matérias veiculadas sobre MC, foram identificadas as seguintes categorias analíticas:

Quadro 3 – Candidata MC: Categorias discursivas atribuídas às categorias identificadas na cobertura midiática.

Categoria discursiva	Conteúdos midiáticos identificados
Legitimação	-Trajetória política e profissional, como vereadora, deputada, médica; -Apoio da ideologia bolsonarista, do governador e do prefeito; -Representatividade como primeira mulher a liderar o 1º turno.
Questionamento	-Perda de votos no 2º turno interpretada como sinal de fragilidade;
Estigmatização	-Notícias falsas e ataques pessoais; -Reduzida à condição de “herdeira política” por ser filha/irmã de políticos.
Neutra	-Rotulada como “bolsonarista” pela imprensa, sem apresentar juízo de valor.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A análise do quadro evidencia que a cobertura midiática construiu sentidos diversos em torno da candidatura de MC, oscilando entre legitimação, questionamento, estigmatização e neutralidade. A legitimação manifesta-se na ênfase à sua trajetória política e profissional, ao alinhamento ideológico e à representatividade feminina no primeiro turno. Essa narrativa, contudo, é tensionada pelo questionamento, expresso na interpretação da perda de votos no segundo turno

como indício de fragilidade eleitoral. A leitura da performance eleitoral como sinal de fragilidade dialoga com padrões de questionamento que recaem de modo desigual sobre mulheres, reforçando a necessidade recorrente de validação de competência e autoridade (SOUZA et al., 2023; SOUZA, 2024).

Paralelamente, a estigmatização emerge na circulação de notícias falsas, em ataques de caráter pessoal e na tentativa de associar sua imagem a uma herança política familiar, em detrimento de sua autonomia. A abordagem neutra, por sua vez, aparece quando a imprensa a enquadra apenas como candidata bolsonarista, sem atribuição explícita de juízos valorativos. Desse modo, a mídia constrói uma imagem complexa e disputada, que simultaneamente legitima e fragiliza a candidata, evidenciando o papel central do discurso midiático na produção de sentidos políticos e na formação da opinião pública.

4.2 Porto Alegre – RS: MR

A candidatura de MR (PT) à Prefeitura de Porto Alegre reacendeu debates sobre gênero na política brasileira. Com trajetória consolidada na área de direitos humanos, a candidata já havia sido alvo de ataques misóginos em períodos anteriores à disputa eleitoral, destacando-se o episódio ocorrido em 2014, quando sofreu insultos de conotação sexual proferidos por um parlamentar. Esse histórico influenciou a cobertura de 2024, na qual MR foi frequentemente retratada como uma candidata combativa, mas também polarizadora.

Embora veículos como Correio do Povo (SIMÕES, 2024) e Brasil de Fato (BARROS; REINHOLZ, 2024) tenham priorizado a apresentação de propostas, discursos estereotipados circularam em falas de adversários e em manifestações de parte do eleitorado, reforçando enquadramentos associados ao radicalismo e à suposta desconexão com a realidade. Para Biroli (2018), esse padrão reforça a interação entre gênero e ideologia na construção midiática das candidaturas, em que rótulos políticos podem operar como dispositivos de desqualificação e controle simbólico.

Durante a campanha, panfletos digitais e manifestações de apoiadores do prefeito em exercício difundiram discursos que associavam MR ao extremismo de esquerda e à conivência com a criminalidade, retomando conteúdos desinformativos já veiculados em contextos anteriores. Ainda que esses enquadramentos não tenham sido adotados de forma explícita pelo jornalismo tradicional, elas compuseram o

ambiente informacional da disputa, demandando recorrentes iniciativas de checagem de fatos para desmentir informações falsas e ofensivas. Conforme apontam Fernandes e Lourenço (2023), microagressões e micro invalidações expressam conflitos de papéis e relações de poder desiguais, e a frequência de desmentidos indica a intensidade de conteúdos estereotipados e misóginos direcionados à candidata.

Na sabatina do segundo turno promovida por UOL/Folha de S. Paulo (BASZCZYN, 2024), MR afirmou enfrentar uma campanha marcada por ódio ideológico e por discursos machistas, associados a setores alinhados à direita local. A candidata descreveu o contexto político de Porto Alegre como permeado por práticas clientelistas, extremismos e tentativas de deslegitimação, não apenas enquanto representante de um campo político, mas também enquanto mulher. Essa declaração sugere que o embate eleitoral extrapolou divergências programáticas, alcançando sua legitimidade no espaço político. A cobertura da mídia tradicional manteve, em geral, um tom respeitoso nas entrevistas, embora tenha explorado reações emocionais da candidata em momentos de maior tensão.

Comentários sobre seu suposto tom passional emergiram quando MR reagiu a provocações do oponente, reproduzindo um duplo padrão de gênero, no qual comportamentos considerados assertivos em candidatos homens foram interpretados como destempero no caso da candidata. Beard (2018) explica que, historicamente, a participação pública de mulheres é frequentemente acompanhada por rótulos que as associam à emotividade excessiva, comprometendo o reconhecimento de sua autoridade. No caso de MR, sua postura firme foi interpretada de forma ambígua, sendo valorizada por alguns como expressão de compromisso com a justiça social e criticada por outros como falta de autocontrole. Essa ambivalência reflete desigualdades de gênero persistentes que moldam a forma como discursos femininos são avaliados no espaço público.

Após o segundo turno, o Correio do Povo (SIMÕES, 2024) destacou que, embora derrotada, MR rompeu uma sequência histórica de 20 anos sem que seu partido alcançasse o segundo turno em Porto Alegre, além de ter unificado partidos de esquerda em uma única coligação. Essas abordagens contribuíram para contrapor enquadramentos estereotipados, ao enfatizar sua experiência de três décadas de atuação pública, sua formação em pedagogia e sua trajetória como ministra,

reforçando uma narrativa de competência e preparo frente a discursos desqualificadores.

A partir da análise das matérias veiculadas sobre MR, foram identificadas as seguintes categorias analíticas:

Quadro 4 – Candidata MR: Categorias discursivas atribuídas às categorias identificadas na cobertura midiática.

Categoria discursiva	Conteúdos midiáticos identificados
Legitimação	-Longa experiência profissional e política, como ministra, pedagoga, deputada; -Símbolo de resistência feminina e defensora de direitos humanos.
Questionamento	-Firmeza em debates interpretada como destempero, questionando sua legitimidade.
Estigmatização	-Estereótipos de gênero rotulando-a como emocional, maternal, destemperada; -Violência política de gênero por meio de notícias falsas e ofensas misóginas; -Ideologia como “radical/feminista extremista”.
Neutra	Não identificado

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A análise do quadro indica que a cobertura midiática da candidatura de MR é marcada por ambivalências discursivas, oscilando entre legitimação e desqualificação. Por um lado, ressaltam-se sua trajetória profissional e política e sua atuação em direitos humanos, o que sustenta seu reconhecimento como liderança pública e reforça sua presença feminina em espaços de poder. Por outro, sua postura firme em debates é, em diferentes momentos, interpretada negativamente e associada à ideia de “destempero”, produzindo efeitos de deslegitimação perante a opinião pública. A recorrência desse rótulo revela um duplo padrão de avaliação da assertividade feminina, no qual comportamentos socialmente aceitos e até esperados em candidatos homens tendem a ser lidos como inadequação ou falta de controle quando expressos por mulheres, afetando sua autoridade no espaço público (SOUZA, 2024; SOUZA et al., 2023).

Essa tensão se intensifica em processos de estigmatização, nos quais estereótipos de gênero a associam a atributos como emotividade excessiva ou descontrole, conforme discutido por Beard (2018). Paralelamente, a circulação de notícias falsas e de discursos misóginos atua no sentido de minar sua credibilidade política. A recorrência de rótulos ideológicos, como radical ou feminista extremista, evidencia tentativas de limitar sua atuação por meio da desqualificação discursiva. Nesse cenário, observa-se que a mídia reflete, reproduz e reforça disputas simbólicas de gênero e poder, demonstrando que a construção da imagem de mulheres na

política permanece condicionada por estratégias de legitimação e deslegitimação que incidem diretamente sobre sua representação pública.

4.3 Natal – RN: NB

A eleição de NB (PT) em Natal evidenciou a presença de estereótipos e vieses na cobertura da mídia local durante campanhas políticas. Jovem advogada em ascensão, NB chegou ao segundo turno contrariando prognósticos, uma vez que a capital historicamente não favorece candidaturas petistas. Sua permanência na disputa final tornou-se um fato jornalístico e desencadeou reações expressivas de parte da imprensa estadual, especialmente em rádios e portais alinhados a grupos políticos tradicionais, nos quais se manifestaram vieses antipetistas e de gênero.

Segundo matéria veiculada no portal Saiba Mais (DUARTE, 2024), a rádio 96 FM dedicou à candidata um volume de críticas significativamente superior ao destinado ao seu oponente: aproximadamente 90 minutos de comentários negativos, frente a cerca de 2,5 minutos direcionados ao adversário, ao longo de 11 dias de programação. Embora não tenham sido registrados xingamentos diretos, predominou um tom recorrente de ironia e desqualificação. As críticas concentraram-se em sua suposta ideologização, no uso depreciativo de sua trajetória em movimentos sociais e em insinuações de inexperiência política. Esses elementos, ainda que não explicitamente associados ao gênero, mobilizam estereótipos frequentemente atribuídos a mulheres jovens na política, contribuindo para assimetrias na percepção pública entre candidatas e candidatos.

Esse enquadramento dialoga com Eagly (2002), ao indicar que lideranças femininas tendem a enfrentar rejeição quando atributos associados ao feminino são percebidos como incongruentes com características tradicionalmente esperadas de lideranças masculinas. Tais vieses também se manifestaram na violência digital direcionada à candidata, como o áudio de WhatsApp contendo ameaça de morte e insultos de cunho sexista, divulgado pela CNN Brasil (MAIA, 2024). O episódio trata-se de expressão direta de violência política de gênero, que atua por intimidação e silenciamento, operando também no plano simbólico e subjetivo (SOUZA et al., 2023; SOUZA, 2024).

Fernandes e Lourenço (2023) apontam que o preconceito de gênero na política se expressa tanto por meio de discursos de ódio disseminados em ambientes digitais quanto por práticas hostis no contexto institucional, visando fragilizar identidades

femininas e desestimular a permanência de mulheres em espaços de poder. Apesar da gravidade da ameaça sofrida por NB, a cobertura local frequentemente minimizou o episódio, reforçando uma retórica que desconsidera o caráter estrutural da violência política de gênero. Como destaca Beard (2018), a cultura política ainda carece de modelos amplamente legitimados de mulheres em posições de poder que não estejam moldados por padrões masculinos.

Além disso, veículos tradicionais do Estado, alinhados a interesses governistas e ao adversário de NB foram criticados pela equipe de campanha da candidata por filtrarem a agenda política de forma desfavorável e por atenuarem denúncias direcionadas ao oponente. Esse contexto reforçou a percepção de que parte da mídia atuou como elemento de oposição à sua candidatura, articulando vieses partidários, de classe e de gênero. O relatório De Olho nas Urnas, do Observatório Nacional da Mulher na Política (GOIÁS, 2025), aponta que períodos eleitorais tendem a intensificar a violência política de gênero, aprofundando dinâmicas de exclusão que dificultam a participação feminina.

Apesar desse cenário adverso, NB construiu uma imagem própria nas redes sociais e em veículos de mídia independente. O Intercept Brasil (FELIZARDO, 2024) destacou que seu desempenho eleitoral, superior a 45% dos votos, foi expressivo diante da violência política, do uso da máquina pública e de uma cobertura local desfavorável. Em seu discurso pós-eleitoral, a candidata ressaltou o caráter histórico da campanha e defendeu a necessidade de reconexão da esquerda com o eleitorado, sem a diluição de suas pautas, rejeitando a ideia de moderação estratégica para atender expectativas da mídia ou do centro político. Sua trajetória, nesse sentido, expressa tanto resistência quanto disputa por novos espaços de legitimidade para mulheres na política. A partir da análise das matérias veiculadas sobre NB, foram identificadas as seguintes categorias analíticas:

Quadro 5 – Candidata NB: Categorias discursivas atribuídas às categorias identificadas na cobertura midiática

Categoria discursiva	Conteúdos midiáticos identificados
Legitimação	-Ascensão política rápida como vereadora, deputada mais votada; -Fato histórico de ser a primeira mulher do partido no 2º turno na capital; -Autenticidade reforçada por redes sociais e mídia independente.
Questionamento	- Cobertura midiática desproporcionalmente negativa, gerando dúvidas sobre sua viabilidade.

Estigmatização	-Estereótipos de gênero, idade e ideologia, como “menina do MST”, “idealista imatura”; -Violência política de gênero por meio de ameaça de morte com conotação misógina; -Ideologia marcada como radical.
Neutra	Não identificado

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

O caso de NB evidencia mecanismos midiáticos de estereotipação e assimetrias na cobertura eleitoral. Trata-se de uma candidata jovem, mulher e de esquerda que disputou o pleito em um contexto marcado pela oposição conservadora e por uma atuação expressiva da mídia local, caracterizada por discursos desproporcionais e desfavoráveis. Os estereótipos de gênero e ideológicos se articularam na construção de sua imagem pública, associando-a a rótulos como radicalismo e suposta incapacidade de gestão, além da incidência de manifestações de cunho misógino.

Ao mesmo tempo, observa-se que a candidata conseguiu, em determinados segmentos da opinião pública, construir uma imagem alternativa, associada à uma nova liderança feminina, competente e combativa. Esse processo foi favorecido por veículos de mídia independente e pelo engajamento de apoiadores nas redes sociais. O embate entre essas narrativas reforça a compreensão de que a mídia não atua de forma neutra nos processos eleitorais e pode influenciar os resultados ao reproduzir ou contestar preconceitos de gênero, seja por meio da amplificação de estigmas, seja pela produção de contrapontos informativos e análises críticas.

4.4 Curitiba – PR: CG

A candidatura de CG (PMB) apresentou características singulares, sendo jornalista de orientação conservadora e fora ao grupo político dominante, tornou-se a primeira mulher a disputar um segundo turno na capital. A Gazeta do Povo (FANTIN, 2024) destacou seu desempenho como histórico, ao registrar que a candidata obteve a maior votação já alcançada por uma mulher no município. A própria CG enfatizou esse pioneirismo, articulando-o à narrativa de não pertencimento às tradicionais famílias políticas locais, convertendo tal condição em elemento de distinção, vantagem moral e capital simbólico.

Com o avanço da campanha, entretanto, a cobertura midiática assumiu um tom mais crítico. Em razão de seu alinhamento explícito ao bolsonarismo e de propostas controversas, como a cobrança por quilômetro rodado no transporte público e

restrições ao acesso de moradores da região metropolitana aos serviços de saúde, a candidata passou a ser alvo de questionamentos. O Brasil de Fato (CARRICONDE, 2024) ressaltou que tais posicionamentos contribuíram para o aumento de sua rejeição. Nesse contexto, as críticas concentraram-se principalmente no conteúdo das propostas e em sua orientação ideológica, sugerindo que a oposição enfrentada esteve mais relacionada ao campo político da candidata do que a manifestações explícitas de preconceito de gênero.

Ainda assim, marcadores de gênero emergiram de forma indireta. A mídia frequentemente se referia a CG como “jornalista conservadora”, enfatizando simultaneamente sua identidade profissional e política, enquanto o adversário raramente recebia qualificações semelhantes. Essa assimetria contribuiu para enquadrá-la como figura militante ou excessivamente opinativa, reforçando uma imagem unidimensional. Sua postura ideológica mobilizou parte do eleitorado alinhado ao bolsonarismo, mas também consolidou elevados índices de rejeição, especialmente entre eleitores moderados. Um episódio ilustrativo ocorreu no primeiro debate televisivo, quando CG foi inicialmente excluída da programação da Band TV sob alegação de descumprimento de critérios, apesar de a legislação permitir sua participação (BERTAZE, 2025).

Beard (2018) discute a existência de barreiras simbólicas que dificultam o acesso de mulheres aos espaços de poder, bem como a tendência de representar mulheres pioneiras como figuras excepcionais, cujas trajetórias são tratadas como casos isolados, sem questionar de forma estrutural as desigualdades de gênero persistentes. De modo complementar, Eagly (2002) aponta que o preconceito em relação a mulheres em posições de liderança se manifesta tanto na avaliação menos favorável de seu potencial para liderar, em função da associação da liderança a atributos masculinos, quanto na interpretação crítica de seus comportamentos efetivos de liderança, considerados menos adequados quando expressos por mulheres.

Na reta final da campanha, a mídia nacional destacou a relação de CG com um jornalista aliado, conhecido por declarações antissemitas, o que gerou desgaste político e demandou posicionamento público da candidata. De forma geral, a cobertura passou de uma abordagem inicialmente elogiosa, ao reconhecer seu pioneirismo feminino, para uma perspectiva mais cética, centrada em suas propostas, alianças e posicionamentos. Os marcadores de gênero apareceram de modo indireto,

por meio de insinuações relacionadas a preparo, autonomia e influência de terceiros, evidenciando tensões entre o reconhecimento do pioneirismo feminino e os critérios tradicionais de legitimidade política.

Na análise das matérias veiculadas sobre CG, identificaram-se as seguintes categorias:

Quadro 6 – Candidata CG: Categorias discursivas atribuídas às categorias identificadas na cobertura midiática.

Categoria discursiva	Conteúdos midiáticos identificados
Legitimação	-Fato histórico de ser a primeira mulher no 2º turno das eleições em Curitiba; -Não pertencer a partido político tradicional e dominante. - Quebra de tabu ao estar num território predominante masculino.
Questionamento	- Não tinha tempo de Rádio/TV -Atuava mais como ativista/opinadora do que como aspirante a gestora imparcial.
Estigmatização	-Estereótipos de gênero, não possuir o perfil técnico; -Jornalista conservadora; -Ideologia marcada como bolsonarista
Neutra	Não identificado

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A candidata CG foi retratada pela mídia de forma ambivalente, combinando elementos de legitimação, questionamento e estigmatização. Sua presença no segundo turno das eleições de 2024 foi apresentada como um marco histórico, associada à quebra de barreiras em um espaço majoritariamente masculino e à sua não vinculação a partidos tradicionais.

Ao mesmo tempo, sua trajetória foi objeto de questionamentos, relacionados à limitação de tempo de rádio e televisão e à percepção de que sua atuação se aproximava mais de uma postura opinativa ou militante do que do perfil de uma gestora. Nesse sentido, Souza et al (2023) e Souza (2024) entendem que a conversão de traços de posicionamento público em indício de inadequação ao cargo reforça padrões de avaliação desigual que exigem das mulheres performances específicas de “legitimidade” e neutralidade.

Paralelamente, observaram-se processos de estigmatização, expressos na mobilização de estereótipos de gênero, na atribuição de um perfil considerado pouco técnico e na associação recorrente ao jornalismo conservador e ao alinhamento ideológico bolsonarista. Assim, a cobertura midiática acabou por reforçar tanto a relevância histórica de sua candidatura quanto os limites simbólicos que fragilizaram sua legitimidade no cenário político.

4.5 Palmas – TO: JV

Em Palmas, a professora e deputada estadual JV (PL) destacou-se ao liderar o primeiro turno das eleições de 2024 contra um candidato vinculado a um dos grupos políticos tradicionais do estado, configurando um embate simbólico entre renovação política e continuidade familiar, atravessado por marcadores de gênero. Com trajetória recente na política majoritária, a candidata foi apresentada como possibilidade de ruptura com a estrutura oligárquica local. Veículos nacionais, como a CNN Brasil (ALVES, 2024), enfatizaram sua ascensão eleitoral – eleita vereadora em 2020 e deputada estadual em 2022 – construindo uma imagem de representatividade sem recorrer a referências depreciativas sobre aparência ou vida privada.

No segundo turno, a cobertura passou a se organizar em dois eixos centrais. O primeiro opôs renovação e tradicionalismo, contrastando a imagem de JV, descrita como enérgica, à do adversário, associado à experiência e ao legado familiar. Ainda que de forma sutil, esse contraste reproduziu estereótipos que tendem a associar candidatas mulheres à inexperiência, enquanto atribuem competência política automática a homens vinculados a famílias tradicionais. O Jornal Correio (CORREIO 24 HORAS, 2024), por exemplo, detalhou extensamente a trajetória do candidato adversário, enquanto apresentou JV de modo mais restrito, destacando sua profissão e o fato de estar em seu primeiro mandato.

O segundo eixo ganhou centralidade após decisão judicial, na véspera do primeiro turno, que determinou a quebra de sigilo bancário de JV e de pessoas próximas, no âmbito de investigação sobre suposta compra de apoio político. A ampla repercussão midiática do caso contribuiu para a construção de um ambiente de suspeição em torno da candidatura, ainda que a iniciativa judicial tenha partido da coligação adversária. A inclusão de familiares no processo deslocou o debate eleitoral para o campo da moralidade pessoal, dimensão historicamente mais sensível no tratamento de candidaturas femininas, em razão das expectativas sociais de conduta e integridade frequentemente associadas ao feminino.

A campanha de JV classificou o episódio como estratégia política, mas sua repercussão teve potencial impacto negativo sobre sua imagem pública. Nesse sentido, Nessa perspectiva, Souza et al. (2023) e Souza (2024) argumenta que, para mulheres em posições de poder, a exposição da vida pessoal e a recorrência de microagressões de gênero operam como mecanismos que fragilizam a construção

identitária feminina nos espaços de decisão, intensificando processos de deslegitimação que extrapolam o mérito político e programático.

No que se refere aos estereótipos de gênero, não se observaram ataques diretos relacionados à aparência ou à emocionalidade da candidata. Contudo, sua filiação ao Partido Liberal, alinhado ao bolsonarismo, a situou em um campo político que tende a legitimar candidaturas femininas desde que alinhadas a agendas conservadoras. Após a derrota no segundo turno, com cerca de 53% dos votos para o adversário, veículos como o Jornal Opção (JARDIM, 2024) interpretaram o resultado prioritariamente pelo viés ideológico, destacando o enfraquecimento do bolsonarismo na capital e relegando as dimensões de gênero a plano secundário. Ainda assim, a assimetria no tratamento midiático — especialmente a ênfase na investigação judicial e a menor valorização de seus méritos políticos — sugere que JV foi submetida a um escrutínio mais intenso do que seu concorrente masculino.

Esse cenário converge com o Relatório do Observatório Nacional da Mulher na Política (GOIÁS, 2025), que aponta a posição estruturalmente desfavorável das mulheres nas disputas eleitorais, em razão de menor apoio partidário, redes políticas mais restritas, acesso limitado a recursos financeiros e menor capital político acumulado. Tais desigualdades refletem estruturas sociais marcadas pela dominação masculina, que favorecem a continuidade de trajetórias masculinas no poder e impõem obstáculos adicionais à consolidação de lideranças femininas.

A interpretação desse fenômeno dialoga com análises sobre a violência política de gênero no Brasil. O Relatório Final de Diagnóstico e Propostas do Governo Federal (BRASIL, 2023) indica que essa forma de violência possui raízes históricas profundas, embora tenha adquirido maior visibilidade recentemente. Beard (2018) argumenta que, enquanto estruturas culturais continuarem a legitimar a exclusão feminina, estratégias graduais de inclusão serão insuficientes, tornando necessária a revisão do próprio significado do poder e de seus critérios de reconhecimento social. A partir da análise das matérias veiculadas sobre JV, foram identificadas as seguintes categorias analíticas:

Quadro 7– Candidata JV: Categoria discursivas atribuídas às categorias identificadas na cobertura midiática.

Categoria discursiva	Conteúdos midiáticos identificados
----------------------	------------------------------------

Legitimação	-Professora e novata na política majoritária, enfatizando sua rápida ascensão; -Renovação e não vir de família tradicional; -Fato histórico de ser a primeira mulher do partido no 2º turno na capital; -Candidata carismática e próxima ao povo; -Poderia ser a primeira mulher a frente do executivo.
Questionamento	-Quebra de sigilos de seus familiares, esposo e filhos. -Falta de traquejo ou ausência de histórico de gestão.
Estigmatização	-Ideologia marcada como conservadora; -Estereótipo da mulher “aventureira” na política
Neutra	Não identificado

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A análise da cobertura midiática sobre a candidata JV evidencia uma construção discursiva marcada pela ambivalência entre reconhecimento e desconfiança. Por um lado, observa-se a legitimação de sua trajetória como professora e agente de renovação política, com destaque para sua ascensão eleitoral e para o caráter histórico de sua candidatura como potencial primeira prefeita da capital. Por outro, emergem leituras que colocam em dúvida sua experiência administrativa e a associam à ideia de inexperiência política, mobilizando estereótipos de gênero de forma sutil. A ênfase recorrente em elementos como a investigação judicial e a ausência de histórico de gestão reforça a tendência de exigir das mulheres provas adicionais de competência e integridade.

Essa valorização, contudo, aparece frequentemente acompanhada de processos de desqualificação, nos quais atributos como firmeza em debates, autenticidade ou engajamento político são reinterpretados como fragilidade, destemperamento ou imaturidade. A estigmatização manifesta-se ainda pela articulação entre gênero, ideologia e idade, além da circulação de ataques pessoais, desinformação e discursos misóginos. Abordagens estritamente descritivas, sem juízo de valor, mostraram-se pontuais.

O Relatório do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP, 2025) destaca que a violência política de gênero se expressa por múltiplos mecanismos que limitam, dificultam ou deslegitimam a presença feminina nos espaços de poder, independentemente de partido ou orientação ideológica. Neste estudo, essa violência é compreendida como o conjunto de desafios e obstáculos impostos às mulheres na política, que operam como formas de cerceamento da participação e da capacidade de deliberação no espaço público.

De modo geral, a análise da cobertura das candidatas revela padrões recorrentes que combinam legitimação, questionamento e estigmatização, produzindo imagens públicas femininas marcadas por ambivalência. A legitimação ocorre,

sobretudo, pela valorização de trajetórias políticas e profissionais ou pelo reconhecimento do caráter simbólico e histórico da presença feminina em contextos eleitorais tradicionalmente masculinos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, identificaram-se achados relevantes sobre a presença das mulheres nos espaços de poder. A divisão social de papéis entre homens e mulheres permanece estruturante na sociedade brasileira e se manifesta de forma evidente nas disputas eleitorais, nas quais persistem discursos que se opõem à ocupação de cargos políticos por mulheres, tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo. Essa resistência está associada a construções históricas de gênero que atribuem comportamentos e competências diferenciadas a homens e mulheres, mantendo os espaços de poder, socialmente definidos como masculinos, em grande medida inacessíveis à participação feminina plena, o que limita a consolidação da democracia no país.

Foram identificados quatro tipos recorrentes de discurso na cobertura midiática: legitimação, questionamento, estigmatização e neutralidade. Entre eles, os discursos de questionamento e estigmatização mostraram-se os mais prejudiciais às candidatas. O questionamento opera por meio da dúvida sistemática sobre a competência das mulheres para a gestão pública, enquanto a estigmatização as insere em categorias e preconceitos ancorados em construções históricas e sociais, reforçando desigualdades de gênero.

A análise discursiva das candidaturas de MC, MR, NB, CG e JV nas eleições municipais de 2024 evidencia que os estereótipos de gênero permanecem presentes na cobertura midiática, ainda que assumam formas distintas conforme o contexto político e ideológico de cada disputa. Apesar dessas variações, as candidatas enfrentaram padrões semelhantes de questionamento e estigmatização, indicando que o gênero continua sendo uma variável estruturante da cobertura eleitoral no Brasil. Um ponto de convergência relevante foi a recorrente exposição de aspectos da vida pessoal das candidatas, o que reforça limites à realização plena da democracia brasileira.

Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento direto e eficaz da violência de gênero, presente em

diferentes esferas da sociedade. A sub-representação feminina nos espaços de poder, especialmente na política, compromete a participação equitativa e fragiliza a qualidade do regime democrático.

Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento de análises quantitativas, como estudos de frequência lexical ou avaliações de sentimento em matérias jornalísticas, de modo a complementar a abordagem qualitativa adotada. Investigar o papel das redes sociais e da mídia alternativa como contraponto aos discursos midiáticos tradicionais também pode ampliar a compreensão sobre estratégias de resistência, disputas simbólicas e possibilidades de transformação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, observaram-se limitações relacionadas à dispersão de informações em diferentes fontes, ao acesso parcial a materiais atualizados e à divergência entre referências bibliográficas. A necessidade de comparar dados, revisar conceitos e recorrer a explicações complementares exigiu maior rigor metodológico, mas contribuiu para a consistência e a qualidade analítica do artigo.

Em síntese, o estudo evidenciou que os estereótipos midiáticos direcionados às candidatas mulheres persistem e influenciam as disputas políticas. Ao mesmo tempo, revela que essas práticas vêm sendo progressivamente identificadas, problematizadas e contestadas. As eleições de 2024, marcadas por um número expressivo de mulheres no segundo turno, tornaram essas contradições particularmente visíveis. Ao reunir experiências e trajetórias dessas candidatas, a pesquisa contribui para o debate sobre mídia e democracia, apontando para a necessidade de que o gênero deixe de ser tratado como exceção e passe a ser reconhecido como dimensão constitutiva da representatividade política.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Beatriz. Quem é Mariana Carvalho, que disputa o segundo turno em Porto Velho. **CNN Brasil – Eleições 2024**, São Paulo, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/quem-e-mariana-carvalho-que-disputa-o-segundo-turno-em-porto-velho/>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- ALVES, Beatriz. Quem é Janad Valcari, que disputa o segundo turno em Palmas. **CNN Brasil – Eleições 2024**, São Paulo, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/quem-e-janad-valcari-que-disputa-o-segundo-turno-em-palmas/>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Daniel; REINHOLZ, Fabiana. Debate entre Sebastião Melo e Maria do Rosário em Porto Alegre é marcado por casos de corrupção, enchente e privatização. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/15/debate-entre-sebastiao-melo-e-maria-do-rosario-em-porto-alegre-e-marcado-por-casos-de-corrupcao-enchente-e-privatizacao/>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BASZCZYN, Eduardo. Maria do Rosário: clientelismo e discurso de ódio explicam Melo à frente. **UOL**, 24 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/10/24/sabatina-uol-segundo-turno-porto-alegre-maria-do-rosario-pt.htm>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BERTAZE, Jhonatas. Cristina Graeml é desconvidada de debate “5 minutos antes de chegar” à emissora. **Ric.com.br**, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://ric.com.br/politica/cristina-graeml-e-desconvidada-de-debate-5-minutos-antes/>. Acesso em: 18 out. 2025.
- BEARD, M. **Mulheres e poder**: um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2022/08/divisaosexualtrabalho_biroli.pdf Acesso em: 13/01/2026
- BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 557–589, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688018.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. **Diagnóstico e propostas para o enfrentamento à violência política contra as mulheres no Brasil**: relatório final. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/gti-enfrentamento-violencia-politica-relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.
- CNN. CNN lança Raio-X para buscar perfis de candidatos nas eleições de 2024. São Paulo, 12 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/cnn-lanca-raio-x-para-buscar-perfis-de-candidatos-nas-eleicoes-de-2024/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CORREIO 24 HORAS. **Janad Valcari e Eduardo Siqueira disputarão segundo turno em Palmas.** Jornal Correio, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/eleicoes/janad-valcari-e-eduardo-siqueira-disputarao-segundo-turno-em-palmas-1024>. Acesso em: 14 nov 2025.

EAGLY, A. H.; KARAU, S. J. Role congruity theory of prejudice toward female leaders. **Psychological Review**, v. 109, n. 3, p. 573-598, 2002.

FERNANDES, C.; LOURENÇO, M. L. Lugar de mulher é... na política: reflexões sobre micro e macroagressões de identidades. **Revista de Administração Contemporânea**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/qT6XH3mZJM7kv5s9kS8M4QD/>. Acesso em: 18 out. 2025.

G1. **Após derrota nas urnas, Mariana Carvalho promete atuar como fiscal da nova gestão de Porto Velho.** G1, 27 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2024/noticia/2024/10/27/apos-derrota-nas-urnas-mariana-carvalho-promete-atuar-como-fiscal-da-nova-gestao-de-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2025.

GOIÁS. Universidade Federal de Goiás. **Relatório De Olho nas Urnas: candidaturas de mulheres e igualdade de gênero nas eleições de 2024.** Goiânia, 2024. Disponível em: <https://deolhonasurnas.ufg.br>. Acesso em: 18 out. 2025.

MAIA, Gabriella Mildenerger. **Entre panos e tramas: a hipersexualização no esporte e os dizeres sobre o corpo da mulher no discurso jornalístico digital.** 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2023. Disponível em: <https://tede.unicentro.br>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MAURISSENS, Julia Mariane Zoellner. **A participação das mulheres brasileiras na política.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254524>. Acesso em: 11 nov 2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 695–735, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/8Fm8RrX5nMxQw9xTKBq3t7G/?format=pdf&lang=p> Acesso em: 11/11/2025.

PEREIRA, Rafaela Berger. Estereótipos de gênero nas disputas por representação política de mulheres. *Sociologias Plurais*, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 108-126, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/96307>. Acesso em: 13 jan 2026.

ROSS, Karen; JANSEN, Marloes; BÜRGER, Tobias. **The media world versus the real world of women and political representation: questioning differences and struggling for answers.** In: Comparing gender and media equality across the globe: a cross-national study of the qualities, causes, and consequences of gender equality in and through the news media. Göteborg: Nordicom, 2020. p. 233-257. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346101707_The_media_world_versus_the_real_world_of_women_and_political_representation_Questioning_differences_and_struggling_for_answers. Acesso em: 13 jan 2026.

SOUZA, Lady Day Pereira de; FERNANDES, Camilla; LOURENÇO, Mariane Lemos; SILVA, Mara Rosalia Ribeiro; FRÖHLICH, Samantha. Qual é a dessa mulher?

Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 3–26, nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2023v8n2.66027>

SOUZA, Lady Day Pereira de. **A experiência de ser gestora**: poder e ambivalência emocional na identidade de mulheres na alta gestão em instituições federais de ensino. 2024. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/93616> Acesso em: 13/01/2026.

TOSI, Marcela. **Lugar de mulher é na política**. Politize!, 4 ago. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lugar-de-mulher-e-na-politica/>. Acesso em: 13 jan 2026.

VAN DER PAS, Daphne Joanna; AALDERING, Loes. **Gender differences in political media coverage**: a meta-analysis. *Journal of Communication*, Oxford, v. 70, n. 1, p. 114-143, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article/70/1/114/5761879>. Acesso em: 13 nov 2025.